

A FORMAÇÃO DOCENTE E AS PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Luís Fernando Silva Nascimento¹
Allan Cássio Sampaio Santos²

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a formação de professores tem sido de grande alcunha nos últimos anos no Brasil, isto dá-se pelo abrandamento das exigências para poder ingressar ao ensino superior, claro que isso só foi possível pela inclusão de políticas públicas. Contudo, as tais políticas públicas, podem ter seu lado nocivo no desenvolvimento da educação em diferentes âmbitos, lidaremos exclusivamente com a educação básica, tanto pública quanto particular.

Antes de abordarmos de forma estrutural a problemática, vale ressaltar a importância da formação epistemológica do estudante de licenciatura. O sucateamento da educação, o que vem sido um grande problema insolúvel, não provém apenas da ação governamental, mas sim algumas vezes do desajuste curricular no próprio ensino superior.

Complementando, o distanciamento da teoria e da prática justificam, em parte, o definhamento da educação, já que as disciplinas consideradas “teóricas” são um peso para a prática e vice-versa. Sendo assim, ambas seriam um peso para o graduando que está cursando a disciplina oposta, gerando estranheza e estagnação na sala de aula. Outro ponto a se destacar seria a pequena quantidade de carga horária para as disciplinas práticas, ou seja Estágios, acompanhando o licenciando apenas na reta final do curso, garantindo uma divisão semântica na estrutura da grade curricular.

“Essa contraposição entre teoria e prática não é meramente semântica, pois se traduz em espaços desiguais de poder na estrutura curricular, atribuindo-se menor importância à carga horária denominada de ‘prática’.” PIMENTA, Selma Garrido.

Levando em consideração os discursos utilizados, pode-se chegar à conclusão de que o tecnicismo do ensino alcançou um patamar totalmente diferenciado, onde seria abrangido ainda mais dentro das universidades, gerando assim um aglomerado de disciplinas que não promovem a reflexão, ficando cada vez mais ainda difícil para associar a teoria à prática.

Concluindo esta etapa, será abordado posteriormente as diferentes concepções de prática e como a mesma influi à criação de uma metodologia, para, por fim, abarcar os alunos da educação básica. O processo de construção de um professor deve ser contínuo, já que o Homem é mutável e a sociedade que o abriga também.

1.1 A Prática pedagógica e o bom professor

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Federal do Piauí - UFPI, lf3127@gmail.com;

² Graduando do Curso de História da Universidade Federal do Piauí - UFPI, allan.cassio.1511@gmail.com;

O bom professor nem sempre é aquele que maneja muito bem o ambiente de sala de aula, mantendo os alunos sentados em suas cadeiras ou olhando fixamente o professor. Este é um dos casos onde a figura do bom docente foi cristalizada a apenas manter uma turma quieta, onde não se sabe dos processos e rupturas para o desenvolvimento crítico dos infantes.

Contudo, a designação de bom professor não se resume a essa exclusivamente, deixando assim um ar polissêmico à profissão. Mas não é este o enfoque do problema, e sim como a questão da prática pode influir diretamente no processo de aprendizagem das crianças.

Antes de tudo, a prática pode ser explicada de forma simples à condição de repetição, pois não há nada de novo na atividade docente, nada que outro professor já não tenha exercido anteriormente. A prática só se torna possível se a observação for alcançada de forma prévia, após isso, a assimilação e a criticidade do observador, que certamente é subjetiva, e por fim a reprodução do que foi observado de acordo com as nossas subjetividades. Assim é como o graduando, enquanto aluno, aprende e será repetido da mesma forma no ensino básico.

Este modelo tem suas características nocivas, pois com a diversidade que existe em sala de aula, com diferentes alunos de diversas classes sociais, como o professor pode ter a certeza de que o aluno aprendeu o que foi proposto em sala de aula? Isso acaba deixando o processo de educação cada vez menos reflexivo, deixando aos alunos apenas os conhecimentos técnicos, onde os mesmos serão medidos através de uma prova. Sendo assim, seria desconsiderado qualquer tipo de vivência e experiência dos alunos para eles poderem se encaixar em um padrão técnico e estético de educação.

“A prática como imitação de modelos tem sido denominada por alguns autores de ‘artesanal’, caracterizando o modo tradicional da atuação docente, ainda presente em nossos dias. O pressuposto dessa concepção é o de que a realidade do ensino é imutável e os alunos que frequentam a escola também o são. Idealmente concebidos, à escola, competiria ensiná-los, segundo a tradição. Não cabe, pois, considerar as transformações históricas e sociais decorrentes dos processos de democratização do acesso, que trouxe para a escola novas demandas e realidades sociais, com a inclusão de alunos até então marginalizados do processo de escolarização e dos processos de transformação da sociedade, de seus valores e das características que crianças e jovens vão adquirindo. Ao valorizar as práticas e os instrumentos consagrados tradicionalmente como modelos eficientes, a escola resume seu papel a ensinar; se os alunos não aprendem, o problema é deles, de suas famílias, de sua cultura diversa daquela tradicionalmente valorizada pela escola.” PIMENTA, Selma Garrido.

O fracasso potenciado do aluno na realização de atividades ou até mesmo em avaliações acaba sendo imposto nas costas da família e do aluno, desconsiderando qualquer tipo de resquício que o classifique como ser histórico-cultural, desconsiderando também os efeitos nocivos que é viver em sociedade e as condições psicológicas.

2. DESENVOLVIMENTO

Os centros universitários possibilitam a condição de professor para os graduados em licenciaturas, mesmo com a formação escassa, e garantem a não violação desse título através de um diploma. Mas afinal, como deveria ser a formação do profissional de educação? Por que apenas agora a preocupação quanto a formação epistemológica e metodológica para o professor?

Assim como a sociedade vai mudando no decorrer dos anos, é necessário também algumas adaptações conforme as exigências na estrutura do ensino. O modelo educacional atual na categoria superior é totalmente específico, ou seja, a grade curricular se atém apenas ao conteúdo do curso, tornando assim praticamente impossível de fazer uma analogia à prática. O que resta apenas são as disciplinas de estágio, que basicamente consiste em um modelo ainda mais técnico e disfuncional.

O cientificismo dos cursos superiores de licenciatura acabam se mostrando cada vez mais frágeis, considerando também que o graduando vê as disciplinas pedagógicas como um estorvo, que a mesma não têm características científicas válidas ou não têm tanta relevância assim. Com a mentalidade que a universidade acaba propondo, mesmo sem a intenção, o professor acaba ficando adepto a esse método mecânico, gerando assim a má qualificação do profissional, e consequentemente o sucateamento da educação básica.

As licenciaturas existem no Brasil desde os anos de 1930, nas faculdades de filosofia, e consistiam na fórmula de 3+1, onde o 3 representaria as disciplinas específicas do curso e o 1 das disciplinas de cunho pedagógico, ou seja, podemos perceber a disparidade que é a nomenclatura para formação de professores. Destoante a o que seria, na nossa visão, uma sistematização menos unilateral da formação docente, a polifonia da educação não prevalece nesse modelo sistemático pelo simples fato de ele ter um caráter totalmente tecnicista e mecânico. A teoria acaba tomando um caminho totalmente paralelo ao que seria considerado prática, deixando assim, de forma reminescente, o que seria considerado um bom professor, o homem dotado e munido de conhecimento específico, entretanto, com um pequeno defeito de fábrica, a difusão entre teoria e prática.

Portanto, será explanado nessa mesma perspectiva de como o déficit na educação superior alcança em níveis escandalosos as escolas do ensino básico. Evidencia-se também que a falta de sinestesia entre a teoria e a prática pode causar não só um rombo no sistema de ensino de forma estrutural, mas a sonegação de um aprofundamento epistemológico também pode gerar uma crise moral, onde o ambiente escolar não seria mais um alvo que conotaria um local de reflexão e produção de saberes através da espoleta que seria a aliança entre o saber e o fazer.

Seria condizente com as afirmações acima os dizeres de Júlio Diniz, que comprovam em sua obra *As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente*, apesar de ser um tanto quanto antigo em relação aos nossos dias atuais, se encaixa perfeitamente na conjuntura atual do sistema de educação brasileiro. Seus dizeres a respeito das instituições e universidades nunca foram tão certos e eficazes para retratar tão bem o que seria o ambiente das instituições de ensino superior.

“Nas demais instituições de Ensino Superior, em especial nas particulares e nas faculdades isoladas, é a racionalidade técnica que, igualmente, predomina nos programas de preparação de professores, apesar de essas instituições oferecerem, na maioria das vezes, apenas a licenciatura e, consequentemente, de a formação docente ser realizada desde o primeiro ano. Trata-se de uma licenciatura inspirada em um curso de bacharelado, em que o ensino do conteúdo específico prevalece sobre o pedagógico e a formação prática assume, por sua vez, um papel secundário.”
PEREIRA, Júlio Emílio Diniz, 1999.

Portanto, é válido afirmar que estes locais de ensino, por mais que estejam estruturados com recursos mais tecnológicos possíveis, não se resolveria a questão, a problemática da formação de profissionais de educação. Com essa ineficácia epistemológica no ensino superior, os alunos,

que, conseqüentemente serão professores, conseqüentemente a formação dos estudantes da educação básica também será ineficaz, já que o profissional não terá o manejo dos recursos para a formação de seres humanos reflexivos e autônomos. Com isso, a necessidade de intervenção do governo será ainda maior, deixando de ser um investimento para se tornar um gasto, que por sinal, fica cada vez mais excessivo.

A formulação de cotas para estudantes de escolas públicas, por exemplo, é uma das conseqüências deste loop infinito, pois, se segundo a constituição brasileira e a LDB, o ensino público deveria ser de qualidade, todavia, como garantir a qualidade do ensino se quem ensina tem uma formação totalmente ineficaz com os problemas atuais da educação no Brasil? Como o Estado pode se sujeitar a isso, já que o mesmo que teve a iniciativa de fornecer o curso superior para o estudante de licenciatura.

Vale ressaltar que o professor, já formado, não consegue estipular um método eficaz de forma rápida, se atendo assim a constantes falhas no processo de educação dos infantes que, aparentemente, levando em consideração o ato de atividade profissional, as crianças e adolescentes são vistos como cobaias em experimentos, onde o suposto experimento seria o ato de lecionar para os jovens. Como pode um profissional, portando o título de professor, levar um tempo considerável para criar uma metodologia eficaz que abarque boa parte da sala de aula? Diversas insurgências aparecem também, contudo por parte dos profissionais da educação, em relação a quantidade do salário, que chega a ser um dos reclames de quase sempre para a classe dos professores.

3. CONCLUSÃO

Portanto, podemos chegar a conclusão que o sucateamento da educação é verticalizado, ou seja, de cima para baixo e em hipótese alguma podemos culpar os profissionais atuantes nos diferentes cargos para a manutenção do ambiente escolar. Antes de tudo, fomentaremos ao que se refere o déficit da formação docente no Brasil. O descaso da formação complementar e epistemológica do graduando de qualquer licenciatura, até mesmo o desinteresse provindo desse mesmo só reflete a ineficácia do sistema educacional, principalmente na educação superior, onde o graduando se vê em situações totalmente díspares com a sua realidade, sendo assim, a sua ciência seria a sua prioridade, perdendo as chances de vincular a sua ciência com a área pedagógica.

Essa indiferença com a pedagogia e a epistemologia poderia ser superada com a validação e revisão das grades curriculares das licenciaturas, criando assim, desde o início de um curso de formação de professores, uma garantia do que seria ser um professor para o recém-graduado e aproximaria ainda mais a formação teórica com a prática com a inclusão de estágios logo nos primeiros semestres dos cursos.

Outro fator importante seria a inclusão de bolsas, nas universidades públicas, ou então uma parceria público-privado para incitar a formação do graduando e a remuneração seria uma forma de mantê-lo e inclui-lo no meio educacional. A interdisciplinaridade seria um recurso muito interessante para a formação do profissional, pois boa parte dos professores se especializam apenas em sua área, deixando a grade curricular das escolas de ensino básico ainda mais difusa, sem qualquer possibilidade de assimilação aos diversos conteúdos e disciplinas lecionados.

Sabemos que a reforma do sistema educacional é estrutural e não levaria pouco tempo para afetar desde os modelos de ensino mais tradicionais aos mais diferenciados, afetando também o modelo de ensino das instituições privadas. Por fim, é necessário ferramentas que estimulem a presença e eficácia em sala de aula por parte das instituições de ensino, para assim gerar um modelo educacional mais reflexivo e menos tecnicista, quebrando assim o loop que seria a relação de professor com formação inadequada e sala de aula.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência: diferentes concepções**. 2005/2006.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente**. 1999.

SCHON, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre, 2000.